# RESENHA BIBLIOGRÁFICA

MARCELLO CAETANO. *Manual de Direito Administrativo.* Primeira edição brasileira. Rio, Forense, 1970. 2 volumes. 1358 páginas.

A primeira edição brasileira do consagrado *Manual* do eminente professor da Faculdade de Direito de Lisboa corresponde ao texto da 8.ª edição portuguêsa, editada em 1968. Em verdade, porém, não será excesso dizer-se que, de há muitos anos, o livro do mestre lusitano se incorporou à bibliografia brasileira de Direito Administrativo. Nos trinta e cinco anos que acompanham, através de edições sucessivas, a circulação dessa notável obra didática, a sua influência sôbre a doutrina e a jurisprudência brasileira tem sido constante e intensa.

MARCELLO CAETANO é citação correntia nos ensaios jurídicos, como nos arestos e trabalhos forenses, que, entre nós, versam temas gerais, ou específicos, de Direito Administrativo. Não é apenas a identificação do idioma que lhe faculta o trânsito conspícuo e autorizado. As suas credenciais são, por excelência, a densidade no conhecimento e a aptidão de transmiti-lo, no domínio dos conceitos, na exação das sínteses magistrais e, até mesmo (como superiormente se revela nesta edição) na informação correta e atualizada do direito positivo e da bibliografia brasileira.

A edição brasileira, agora vinda a lume, está acrescida com a reprodução do magnífico ensaio, publicado nesta *Revista* (v. 80, 1965) sôbre as garantias jurisdicionais dos administrados no Direito Comparado de Portugal e do Brasil.

Merece destaque, no vestíbulo da obra, a explicação sôbre o método e o plano do *Manual*. A prudente conciliação do método indutivo e do método dedutivo inserem na investigação jurídica a harmonia entre a norma e a sua ambiência social. Na sociedade moderna, em constante transformação, impõe-se ao jurista a familiaridade com os alicerces econômicos ou políticos da normatividade jurídica, que lhe incumbe não sòmente aplicar e construir, como ainda reelaborar. A metodologia e o objeto das disciplinas jurídicas não se confundem, porém, com a das ciências para-jurídicas, que lhe adubam as raízes. A ciência sistemática do direito, como observa excelentemente o autor, "se assenta basilarmente na *indução* dos princípios a partir das leis, da jurisprudência e da prática administrativa entendidas pela doutrina à luz da História e das circunstâncias político-sociais do seu aparecimento e desenvolvimento", conjugada, porém, com os princípios gerais do direito oriundos de

"uma concepção racional da justiça a partir da qual são formulados por *dedução*" (p. 72).

O plano do livro, após os capítulos gerais e introdutórios, abrange, de início, o exame das fontes do Direito Administrativo e a exposição do problema de codificação administrativa. A Parte I, reservada à Organização Administrativa, contempla as formas de serviços administrativos e, especialmente, a estrutura da Administração Portuguêsa, de interêsse comparativo para o leitor brasileiro.

A Parte II integra no estudo das *formas* de atividade administrativa a completa análise do ato administrativo, tanto em sua estrutura como em sua dinâmica, e, ainda, do contrato administrativo. Nos *meios* da atividade administrativa se capitulam as noções sôbre agentes administrativos e a disciplina da função pública e o regime jurídico dos bens e obras públicas. Os *modos* da atividade administrativa se desdobram na teoria dos serviços públicos e os processos de sua gestão direta ou delegada, concluindo-se pelo conceito da polícia administrativa.

A última Parte condensa as garantias da legalidade e dos administrados, tanto no processo gracioso como no contencioso.

A difusão, no Brasil, da obra de MARCELLO CAETANO, desde a sua tese clássica sôbre o *Poder disciplinar no Direito Administrativo português* (1932), prolongada nas várias edições do seu *Manual* (a partir da 1.ª edição de 1937) e no 1.º volume do *Tratado*, de 1944, adquire, agora, maior amplitude, graças à atual edição brasileira, que lhe assegura penetração ainda mais intensa nos diversos quadrantes em que se multiplicam os centros de ensino jurídico no Brasil.

A excepcional elegância de sua linguagem, a precisão metodológica e sistemática da obra, a sua identificação, sobretudo no tocante à teoria dos atos administrativos, com a legislação e a jurisprudência nacionais, consagram o êxio da iniciativa da *Forense*. Anteriormente conceituado entre os especialistas, o *Manual* do ilustre Professor MARCELLO CAETANO conquista foros de cidadania como obra de presença indispensável e valiosa em mãos de quantos praticam, estudam ou constroem o Direito Administrativo em terras brasileiras.

CAIO TÁCITO